

Eixo Temático: Inovação e Sustentabilidade em Diferentes Setores

CAPITAL SOCIAL, DESENVOLVIMENTO E PLANEJAMENTO REGIONAL: A PARTICIPAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL NA REGIÃO DO COREDE-FRONTEIRA OESTE

SOCIAL CAPITAL, REGIONAL DEVELOPMENT AND PLANNING: THE PARTICIPATION OF CIVIL SOCIETY IN THE REGION COREDE-FRONTEIRA OESTE

Deivid Ilecki Forgiarini, Christine da Silva Schoreder, Paulo Vanderlei Cassanego Júnior e Cinara Neumann Alves

RESUMO

Com um processo desenfreado de globalização o nível local tem sido incapaz de responder com força frente aos novos desafios, em que pese a não descaracterização total, em prol de uma massificação, que facilita o consumo, base deste sistema. Desde a “invenção” do subdesenvolvimento, que existe uma busca incessante pelo desenvolvimento. Vários foram os planos e planejamentos nesta busca. Estado intervencionista, Estado mínimo, Estado logístico. Conforme os planos iam mostrando os seus fracassos, a população continuava “subdesenvolvida”. O Estado então começou a perceber que cada região tem necessidades e características próprias, que é na conjugação das pessoas que se pode pensar o desenvolvimento para esta região. Logo o planejamento também precisa ser regional. O Rio Grande do Sul criou em meados da década de 1990 os COREDE’s (Conselhos Regionais de Desenvolvimento) para suprir essa carência regional, devido a sua grande diversidade regional. E planos foram feitos respeitando essas regiões. Contudo, estes planos também não conseguem alcançar uma boa execução do que foi planejado. Este trabalho traz o caso do plano realizado em 2009/2010 pelo COREDE – Fronteira Oeste (COREDE– FO), analisando sua efetividade e a para além da participação, o protagonismo da sociedade civil.

Palavras-chave: Capital Social, Sociedade Civil, Desenvolvimento e Planejamento Regional.

ABSTRACT

With globalization the cities has been unable to meet new challenges, despite not distortion, in favor of a mass, which facilitates consumption-based system. Since the "invention" of underdevelopment, there is a never ending quest for development. There were several plans and schedules in this quest. Interventionist state, minimal state, state logistics. As plans were showing their failures, the population was still "underdeveloped." The State then began to realize that each region has its own characteristics and needs, which is the combination of people who can think development for this region. Soon planning also needs to be regional. The Rio Grande do Sul created in the mid 1990's the COREDE (Regional Development Councils) to meet this need regional, due to its great regional diversity. And plans were made respecting these regions. However, these plans also fail to achieve a good execution of what was planned. This paper presents the case of the plan conducted in 2009/2010 by COREDE – Fronteira Oeste (COREDE-FO), analyzing their effectiveness and in addition to the participation, the role of civil society.

Keywords: Social Capital, Civil Society, Development and Regional Planning.

Introdução

Desenvolvimento e planejamento são por si só uma arena de embates. Conforme o adjetivo que é colocado ao lado destes pode-se ter um entendimento, muda o adjetivo, muda o conceito como um todo. Estes conceitos vem nos acompanhando ao longo do tempo, sobretudo desde meados do século passado. Se o desenvolvimento for visto como um processo, algo evolutivo, um estágio a se alcançar, para estar no meio dos “grandes” é necessário um plano, uma estratégia para chegar ao objetivo desejado.

A estratégia acompanha a humanidade há vários séculos, sendo fundamental para vencer inúmeras batalhas. O novo mundo bipolar e depois multipolar apresentou uma nova batalha aos países: “A fuga do espectro do subdesenvolvimento”. Mas o que é ser subdesenvolvido? Acreditou-se que era não ter o PIB (Produto Interno Bruto) em certo nível. Logo, ser desenvolvido era ter um grande PIB, mais facilmente alcançado através da industrialização. Desenvolvimento = Alto PIB = Industrialização, logo, desenvolvimento = industrialização. O PIB cresceu, a indústria floresceu, mas as pessoas continuavam pobres. Então se mudou o objetivo e o plano. Desenvolvimento = crescer economicamente com respeito à questão social e ambiental = garantir um mundo para as novas gerações, logo, desenvolvimento = garantir um mundo para as novas gerações. Mas muitos planos não conseguiam ser implementados. E as pessoas continuavam pobres.

E se fosse perguntado para as próprias pessoas o que é necessário para que possam viver melhor? Os atores sociais foram por muito tempo negligenciados e vistos como objeto do planejamento, algo que era exógeno, feito por quem tinha capacidade técnica, competente ao Estado (“Compete à **União** elaborar e executar planos nacionais e regionais de ordenação do território e de desenvolvimento econômico e social” Brasil Constituição Federal do Brasil, de 1998, Artº 21, parágrafo IX, **grifo nosso**).

O que tem-se hoje são vários planos, muitas vezes planejamentos que possuem pouca efetividade. Neste trabalho será feita uma discussão teórica acerca dos conceitos de região, planejamento e desenvolvimento regional, participação da sociedade civil e capital social. Essa revisão de conceitos pode ser um caminho para entender o caso do COREDE - FO (Conselho Regional de Desenvolvimento – Fronteira Oeste) traçando um paralelo entre o seu planejamento e o que é visto como demanda nas consultas populares realizadas pelo Estado. Este trabalho tem como objetivo analisar alguns entraves para que os planos sejam efetivos, por isso entende-se a importância da sociedade civil, não como objeto, não como participante, mas como um dos protagonistas, pois é ela, em última instância, quem irá executar o que fora planejado.

Conceitos-Base: Região, Desenvolvimento Regional e Planejamento Regional

O Conceito de Região

O conceito de região para Corrêa (1997) estava envolvido em um grande debate, entre os geógrafos, com três perspectivas diferentes entre si. A primeira corrente teórica, com origens de longa data, destaca o espaço natural como determinante para uma dada região. Ou seja, questões de clima, relevo, vegetação, entre outras características naturais. As combinações destes fatores, segundo os defensores desta teoria, seriam fundamentais para explicar as realidades locais, também em um sentido social. Em um sentido mais puro desta forma de pensar pode-se caracterizar os geógrafos físicos, contudo Friedrich Ratzel (1914) inicia um processo de transformação. O autor manteve a concepção da Geografia como ciência empírica, contudo transgrediu a simplicidade deste pensar. Ao esforçar-se traçando inter-relações entre os vários fatores que constituem tal região sendo esta parte do todo global.

Ainda em Ratzel, trabalho e sociedade ganham destaque na construção da ideia de região, no sentido já de território, superando a ideia de espaço, no sentido restrito ao físico. Desta forma desemboca na construção do conceito de espaço vital: a área geográfica na qual os seres vivem, e assim sendo, vê a necessidade do equilíbrio na ação destes com os recursos naturais disponíveis.

Porém, voltando para Corrêa (1997) e o relacionando com o pensamento de Ratzel, foi necessária uma superação do determinismo natural. A segunda corrente teórica, por assim dizer, que explora o conceito de região, assenta-se na concepção da transformação do natural, para o cultural. Assim, a região incorpora particularidades daqueles que nelas vivem, trabalham, em uma palavra: se relacionam. Ainda com influência nas acepções de Ratzel, Corrêa (1997) nos apresenta uma terceira corrente, que defende justamente que a caracterização de uma região depende dos pressupostos básicos que o pesquisador pretende utilizar. Pode ser uma região cultural, uma região pelo modo de produção, uma região conforme questões de etnias, entre outros.

Contudo após a década de 1970, surgiram outras três acepções sobre o tema, uma vez que não geógrafos começaram a participar do debate da conceptualização de região. Ainda conforme Corrêa (1997), com embasamento marxista, as formas de relações capitalistas poderiam dividir as regiões, conforme as características políticas e ideológicas, como a questão de seguridade social, entre outros fatores. Por outro lado, outra acepção, assenta-se no conceito de identidade, na convergência de um grupo atuando em um espaço, atuando segundo as suas tradições culturais particulares, e um espaço particular, gerando nesta forma de convergência, uma região particular. Por fim a terceira forma de compreender região, pós década de 1970, evidencia as relações sociais, as relações de poder e dominação são fundamentais para entender as diferenciações das áreas, encontrando em Raffestin, Gregory e Pred, exemplos desta forma de entender a região. Desta forma, segundo Corrêa (1997), região pode ser um agrupamento de unidades de área, que demonstram grande uniformidade endógena e diferenciação exógena. É importante ressaltar, conforme Lencioni (1999), que estas regiões não necessariamente precisam ser contíguas. Dada essas características, as regiões podem ser classificadas, em uma palavra: podem ser regionalizadas.

O Conceito de Desenvolvimento Regional

Entre muitos conceitos, o de desenvolvimento é um daqueles que mais sofre como uma arena de embates. Sachs (2000) afirma que foi através do discurso de posse do Presidente Norte Americano Harry Truman, em 1949, quando este cria o conceito de subdesenvolvidos e desenvolvidos que os conflitos acerca do conceito sobre “o que é ser desenvolvido” se iniciaram:

Naquele dia, dois bilhões de pessoas passaram a ser subdesenvolvidas. (...) daquele momento em diante, deixaram de ser o que eram antes, em toda sua diversidade, e foram transformados magicamente em uma imagem inversa da realidade alheia; uma imagem que os diminui e os envia para o fim da fila; uma imagem que simplesmente define sua identidade, uma identidade que é, na realidade, a de uma maioria heterogênea e diferente, nos termos de uma minoria homogeneizante e limitada. (SACHS, 2000, p. 60)

Até década de 1980, o conceito de desenvolvimento esteve intimamente ligado com o crescimento econômico e esta visão só perdeu força no início da década de 1990. Arrais (2007), fala que o conceito de desenvolvimento tem dificuldades para se desvencilhar de

palavras como crescimento, evolução e o adjetivo econômico, reduzindo o possível tamanho do conceito. “É considerável a influência, ainda hoje, dessa perspectiva na proposição de políticas globais que são, quase sempre, definidas como parâmetros de análise por diversos governos, a exemplo do Brasil” (ARRAIS, 2007, p.27).

Tal conceito que restringe desenvolvimento a questão econômica é um estigma no Brasil que, sobretudo na ditadura militar, que conseguiu um grande PIB, mas que não viu esta renda ser bem distribuída. Assim Arrais (2007) afirma:

O crescimento, compreendido como modernização da estrutura produtiva e tendo como meta fundamental a elevação dos indicadores econômicos, só reforçou as contradições de uma economia dual, bem descrita por Francisco de Oliveira (2003), na metáfora sobre o “ornitorrinco”. O exemplo que abre o livro de Buarque (1990), relatando o caso de um motorista em Manaus que seguia com os vidros fechados, dando a impressão de que possuía ar condicionado, ilustra a eficácia da ideia de progresso e a face modernizadora da nossa economia. (ARRAIS, 2007, p. 27)

Contudo, novas dimensões foram englobadas ao conceito de desenvolvimento. Na década de 1990, em um conceito de estado Neoliberal, em um Estado menor, mais ágil, menos burocrático. Após este ataque neoliberal, o Estado Brasileiro assenta sua posição em uma visão logística, nem intervencionista demais, como era no período desenvolvimentista, e nem ausente demais, como era no período neoliberal.

Para Arrais (2007) essa mudança passou muito pela participação mais ativa dos atores sociais e em como estes começaram a influenciar nas diversas instâncias deliberativas e deixaram de ser um ser passivo da sua própria história, passando pela construção do conceito de capital social, uma das bases para o desenvolvimento regional.

Estes conceitos interligados passam o desenvolvimento em um conceito amplo, não podendo ser restrito a crescimento econômico. Questões de planejamento, participação social, capital social, questões regionais, levando ao planejamento regional e ao desenvolvimento regional (resposta entre a fragilidade local e a pressão globalizante) passam a fazer parte deste conceito. Com atenção ao protagonismo dos atores sociais, o Estado não pode ser visto como o único capaz de promover o desenvolvimento, este conceito deve ser negociado e construído em conjunto com aqueles que são diretamente envolvidos com a ação.

Talvez o modelo europeu de convergência regional nas últimas décadas do século XX pode ter trazido ressonância na primeira década do século XXI. Ainda percebe-se que a transição de uma política de Estado Normal para uma política de Estado Logístico também acelerou este processo na virada do milênio.

Encontra-se na escala regional a possibilidade dos atores, de forma articulada e coordenada, fazer frente a essa enxurrada global de consumo desenfreado, em um padrão de consumo exógeno, a ação globalizante de um estilo de vida que não é natural de determinada região (SEBASTIANY, 2012) e na união destes atores, que tem em comum o mesmo território, vivido e construído, a possibilidade de proporcionar melhor qualidade para aqueles que neste território vivem e que, trabalhando em conjunto possam, em uma relação ganha-ganha, com outras regiões, possibilitar que este desenvolvimento seja possível em todos os lugares do país e do mundo, respeitando valores, entendendo culturas e valorizando o protagonismo da sociedade civil.

O Conceito de Planejamento Regional

Planejamento é com certeza um tema amplo, seus “adjetivos” muitas vezes transformam o sentido que o planejamento pode ter em cada caso. Ele pode ser algo em que apenas um planeja e determina como será, ou pode ser algo construído coletivamente. Os autores Vargas e Theis (2009) afirmam que o planejamento consegue com o tempo moldar a sociedade também o próprio sistema capitalista, assim, os atores sociais iriam determinando um pensamento desenvolvimentista, que as experiências de planejamento legitimaram até o ponto de ser aceito pela sociedade:

O planejamento é um método de produzir mudanças no curso tendencial dos eventos. Quando aplicado na sociedade, é influenciado pelas ideias que o orientam e é limitado pelas condições de desenvolvimento dessa sociedade. (VARGAS e THEIS, 2009, p.3)

Os autores seguem em uma espécie de ordem temporal de tipos de planejamento em voga em cada época histórica. Dentre inúmeros conceitos apresentados pelos autores, este se destaca:

O plano, na vida real, está rodeado de incertezas, imprecisões surpresas, rejeições e apoio de outros atores. Em consequência, seu cálculo é nebuloso e sustenta-se na compreensão da situação, ou seja, a realidade analisada na particular perspectiva de quem planifica. (MATUS apud VARGAS e THEIS, 2009, p.4)

Resumindo, pode-se definir um marco teórico para planejamento, como um processo que demanda um conhecimento sobre lugar, seu contexto social, as situações, os atores sociais. Com tais bases (muitas vezes através de um diagnóstico prévio) pode-se definir e organizar ações que, colocadas de forma coordenada, pode levar ao objetivo fim, quais sejam minimizar as demandas surgidas no diagnóstico. O conceito de planejamento ainda é influenciado pela escola ao qual se origina, entretanto os autores Vargas e Theis (2009) ainda asseveram:

Independentemente do conceito de planejamento a ser utilizado, deve-se ter conhecimento tanto dos elementos substantivos quanto dos conceitos metodológicos ou procedimentais aplicados a um plano determinado ou, em geral, ao planejamento. (...) Contudo, não há dúvidas quanto à necessidade de o planejamento atual constituir-se em uma combinação eclética de aportes de diversas escolas, com definição das ideias e instrumentos a serem utilizados. (VARGAS e THEIS, 2009, p.8-9)

Por isso o planejamento estratégico e participativo cada vez mais está ganhando espaço ao redor do mundo (SILVEIRA E CAMPOS, 2012), incluindo no Brasil. Dentro da discussão ao longo deste trabalho, se evidencia uma proposta de ação protagonista da sociedade civil. Com base em Almeida et al. (1993), de Merhy (1995), e de De Toni (2001) podemos fazer uma linha do pensamento do planejamento. Neste pensamento tradicional se tem um protagonista, o Estado, único ser capaz de fazer tal planejamento (na maioria dos casos) e um lugar para agir e planejar, um território (e por ser um território inclui os atores sociais) passivo, previsível, receptor. “Compete à **União** elaborar e executar planos nacionais

e regionais de ordenação do território e de desenvolvimento econômico e social” (BRASIL Constituição Federal do Brasil, de 1998, Artº 21, parágrafo IX, **grifo nosso**).

Por outro lado o PES – Planejamento Estratégico Situacional (MATUS, 1997) aponta que são os diversos agentes que, ao coexistirem dentro de uma realidade social, agem/planejamos conforme seus desejos, interesses e especificidades. De Toni (2001) aponta que é necessário pensar que também os planejamentos dos demais agentes influenciam no sucesso do planejamento, desde os inimigos, até os aliados.

Caso considere a conjuntura, seus embates, a figura de um protagonista único, com demais atores coadjuvantes, cai por terra. Assim não é compreensível que apenas o Estado construa este planejamento, e mostra-se altamente recomendável, utilizar-se das várias experiências, de suas capacidades de planejamento e/ou habilidades institucionais (FORTES, 2001). Assim a participação da sociedade civil é elemento estrutural da ideia do planejamento.

Boisier (1995) aponta que mesmo que seja um planejamento para o seu desenvolvimento, sem a participação dos diversos atores sociais, pode ser algo de cima para baixo, o pode acabar trazendo mais efeitos negativos do que positivos. Bandeira (2001) destaca que a dimensão participativa, possibilita um olhar mais amplo sobre o tema, com um espectro maior, tanto cultural, quanto social, além que isso passa a ser uma construção conjunta, criando uma identificação com o produto criado, não apenas em sua fase final, mas desde a elaboração, construção e finalização do mesmo. Por isso a escala regional cada vez mais ganha espaço no que tange o planejamento e, sobretudo a forma participativa e protagonista da sociedade civil. Mesmo que as heranças do grande Estado desenvolvimentista central e um desafio mais recente, de tom neoliberal globalizante, possam soar forte em estudos e comentários tanto governamental, quanto empresarial, cada vez mais o Brasil se depara com este conceito de planejamento regional e vem mudando a suas ações.

Participação da Sociedade Civil e Capital Social como Aportes ao Desenvolvimento e ao Planejamento Regionais

Bandeira (2001) aponta diversos fatores a favor da participação da sociedade civil nos processos de planejamento e desenvolvimento regional, conceitos estes que estão encadeados neste trabalho. Para o autor pode-se destacar pelo menos cinco linhas favoráveis à participação da sociedade civil:

a) Está ligada a possibilidade de maior sucesso do projeto realizado, quando os que são diretamente afetados participam das ações das quais são alvo;

b) Em um aspecto mais abrangente, a participação da sociedade civil pressiona positivamente os governantes para ações mais transparentes e assim desenvolve a democracia, que tem por base a participação popular;

c) A terceira linha relaciona diretamente a participação da sociedade civil com o acúmulo de capital social, conceito que será melhor desenvolvido no seguir deste trabalho, e a relação deste estoque de capital social e o desenvolvimento regional;

d) Ao participar das formulações e implementações de políticas públicas, as várias habilidades e competências diversas existentes no seio da sociedade os atores sociais contribuem para o fortalecimento da competitividade sistêmica da região;

e) O autor destaca ainda que é através desta participação que a sociedade consegue forjar e desenvolver também a sua identidade como povo, ao tomar conta do seu território, por ser o seu constante formulador e reformulador, com as devidas ressalvas aos excessos que a identidade regional pode criar, dentro da ideia de capital social do modo *bonding*, que ainda será visto neste trabalho.

Estas cinco dimensões irão ser demonstradas através de alguns conceitos e práticas. Para este trabalho a formação de capital social é um dos elementos para o desenvolvimento

regional, a participação em questões sociais, que suscitem a ação coletiva (marco teórico para o conceito de capital social usado neste trabalho) são ações geradoras e multiplicadoras de capital social, como poderá ser mais bem visto em um tópico específico para este conceito.

Destaca o autor ainda, conjugando identidade regional e capital social, como um conceito que não pode ser entendido de forma circunstancial. O acúmulo de capital social, em uma sociedade que, através de sua identidade cultural possui raízes históricas, de conflitos de configuração da organização social, cultural, ambiental, entre outros, em um dado território, que mesmo havendo interesses divergentes e/ou convergentes, são as relações diárias, as negociações de poder, o trabalho em conjunto que desenvolve um lugar dotado de maior equidade. Como registra Boisier (1995):

A planificação do desenvolvimento regional é, antes de mais nada, uma atividade societária, visto ser uma responsabilidade compartilhada por vários atores sociais: o estado, evidentemente, por razões várias e conhecidas, e a própria região, enquanto comunidade regional, polifacética, contraditória e difusa por vezes, mas comunidade, enfim, locacionalmente específica e diferenciada. Sem a participação da região como um verdadeiro ente social, o planejamento regional consiste apenas — como mostra a experiência histórica — em um procedimento de cima para baixo para distribuir recursos, financeiros ou não, entre espaços erroneamente chamados de regiões. (BOISIER, 1995, p. 47-48)

A respeito de Capital Social e ao buscar uma definição que seja mais consensual Woollock (2000) define:

*I am prepared to declare that while the battles aren't over, the war has essentially been won. There is an emerging consensus on the definition of social capital, one built on an increasingly solid empirical foundation, and it is as follows: **Social capital refers to the norms and networks that facilitate collective action.*** (WOOLLOCK, 2000, p. 9 grifo nosso.)

A vantagem da definição de Woollock (2000) (na parte grifada) consegue ser simples e ao mesmo tempo completa, “Capital Social refere-se às normas e as redes que facilitam o trabalho coletivo”. Esta definição tem uma dose equilibrada, não sendo nem ampla, nem estreita demais, possuindo o tom certo para ser uma definição amplamente aceita pelos diversos pesquisadores de capital social, independente da sua área de origem, isso por que ele consegue relacionar capital social com a ação coletiva e não a eficiência, evita discussões sobre o termo eficiência e inclui um número maior de fenômenos sociais.

Para Putnam (1993) os valores cívicos apoiariam a formação do dito espírito de forma cíclica fortalecendo a associação e um ciclo virtuoso. Cabe ressaltar que para Putnam essas associações eram feitas em relações horizontais e não verticais, sem hierarquia, sem barreiras de entrada, fortalecendo os laços de contato entre o grupo e a comunidade, o autor pensa então em associações como “*agents with equivalent status and power.*” (PUTNAM, 1993, p. 173). Assim três modos de capital social podem ser pensados:

a) “*Bonding social capital*”: São as relações fortes entre membros de mesmo status, de um mesmo grupo, feitas para dentro, onde as identidades sociais são reforçadas, este modo criaria, nas palavras de PUTNAM (2000, p.23) uma “supercola sociológica”, tendo ampla relação com o conceito de laços fortes de GRANOVETTER (1973 e 1974) que afirma que este grupo se fortalece em suas relações ao longo do tempo, incluindo o próprio tempo,

intensidade emocional, intimidade, reciprocidade. Exemplos são os círculos familiares, ou mesmo sociedades ou até municípios que se fecham em sua cultura, nos seus descendentes, mantendo entre os seus membros, alto grau de coesão social. Contudo este modo cria a separação entre o nós e o eles, rompendo o contato com os vários entes da sociedade e se expandindo apenas dentro do grupo.

b) "*Bridging social capital*": São as relações mais fracas, que mesmo assim transpassam grupos, barreiras e fronteiras sociais. Tais relações ocorrem entre distintas situações geográficas, étnicas, demográficas, ocupacionais, que seria “o óleo lubrificante social” PUTNAM (2000, p.23). Neste tipo de capital social, as informações fluem por todas as classes sociais, o comportamento, o conhecimento, flui com reduzidos custos de transição. Uma sociedade com alto nível de estoque de Capital Social do modo “*bridging*”, acaba por caracterizar uma sociedade integrada, que a despeito das diferenças já citadas, as pessoas confiam umas nas outras;

c) "*Linking social capital*": São as ligações verticais entre as pessoas da sociedade e aqueles com poderes de decisões em instituições formais. Seria a capacidade de levantar recursos, ideias e informações, em instituições formais que existam fora da comunidade (WOOLCOK, 1999). Neste sentido os pobres conseguem uma coesão, mas ao não ter acesso aos tomadores de decisão, sua mobilidade social é atravancada. Assim o governo tende a atender aqueles que dispõem de uma posição privilegiada na sociedade, fazendo por outro lado que o pobre se ajude mutuamente, uma vez que não conseguem repercussão de seus desejos em outras instâncias, por fim dificultando a troca de informações, conhecimento, formas de pensar, comportamentos entre as várias pessoas da sociedade, dificultando por fim o capital social do modo “*bridging*”.

Metodologia

Esta pesquisa se caracteriza por ser de natureza qualitativa, a metodologia usada foi condizente com esta natureza, pois conforme Leal e de Souza (2006, p.17) se compreende que existe uma relação viva entre o ambiente e o sujeito, entre o objetivo e o subjetivo, que nem sempre pode ser traduzido em números, por isso a interpretação dos fenômenos é uma das suas atribuições.

Sobre as técnicas de pesquisa, buscou-se as bibliográficas e documentais, uma vez que se utiliza de materiais que já receberam tratamento analítico bem como outros que não sofreram este tratamento, conforme conceito da técnica de pesquisa bibliográfica, de Leal e de Souza, (2006, p.24) “A pesquisa bibliográfica constitui-se do ato de ler, selecionar, fichar, organizar e arquivar tópicos de interesse para a pesquisa em pauta.” Marconi e Lakatos (2001, p.183) quando referem-se a pesquisa bibliográfica ou de fontes secundárias fazem menção ao fato que esta técnica abrange toda a bibliografia já tornada pública sobre o tema, mesmo escrito, dito ou filmado. No que tange a técnica de pesquisa documental cita-se Gil (2008, p.51) “Elabora-se a partir de material que não receberam tratamento analítico”.

Assim, para esta pesquisa buscou-se todo o material bibliográfico e documental sobre o tema que foi proposto. Buscou-se assim, fazer um cruzamento entre a teoria e a prática, os conceitos de Bandeira (2001) sobre a participação popular, serviram de base para fazer a análise sobre como se deu o processo de planejamento e participação popular no COREDE-FO desde a formulação do plano em 2009 até as consultas populares de 2010/2011 até 2012/2013. Os conceitos base de região, desenvolvimento e planejamento regional são o plano de fundo desta pesquisa e buscam evidenciar as bases teóricas da mesma. O conceito de capital social é o conceito que liga a participação popular aos conceitos base. Entende-se que a participação popular pode criar o capital social do modo *bridging*, desde que possibilite a participação das várias classes, e dentro deste escopo buscou-se fazer análise de todo o

processo.

Participação da Sociedade Civil e Capital Social como Aportes ao Desenvolvimento e ao Planejamento Regional na Região do COREDE-FO

Os COREDE's, experiência inédita no Brasil, vem trazendo inúmeras contribuições para o desenvolvimento do Rio Grande do Sul desde o seu início na década de 1990. Liderados pelo governo estadual que participou com o financiamento integral, os vários COREDE's foram chamados, em 2009, para pensar a sua região, dentro de uma perspectiva de planejamento para os dez anos seguintes. Bandeira (1999) afirma:

Os conselhos regionais de Desenvolvimento do Rio Grande do Sul (COREDE) foram criados com a finalidade de suprir a falta de instâncias de articulação regional no estado, constituindo-se, simultaneamente, em instrumentos de mobilização da sociedade, capazes de aprofundar a compreensão dos problemas regionais, e em canais de comunicação com a administração pública, que possibilitassem a participação da comunidade na formulação e na implementação de iniciativas voltadas para a promoção do desenvolvimento regional (BANDEIRA, 1999, p.32)

Com este objetivo em mente, o governo do estado em 2009 chamou um repensar as mais de vinte regiões do Estado, através de um diagnóstico das ameaças, fraquezas, oportunidade e forças, e a partir daí elaborar um plano para a segunda década do século XX, entre os COREDE's chamados para elaborar este planejamento, estava o COREDE-FO. Para alcançar este objetivo o COREDE-FO fez uma parceria com a Unipampa (Universidade Federal do Pampa), mais especificamente o curso de administração do campus de Santana do Livramento.

Promovendo a participação de atores sociais, a resposta foi positiva, contudo percebeu-se de forma predominante a participação de entes políticos e uma baixa participação da sociedade civil em seu sentido amplo, das associações de bairros, clubes de serviços, entre outras. Foram realizadas quatro assembleias, em municípios diferentes que foram feitas após um minucioso estudo que caracterizou a gestão da região em quatro dimensões: a) Gestão Institucional; b) Gestão econômica; c) Gestão Estrutural; d) Gestão Social e este último devido a sua amplitude com as subdivisões d.1) saúde e assistência social; d.2) educação, cultura e lazer e d.3) segurança. Neste pensar o Planejamento Estratégico (2010-2020) COREDE-FO, definiu algumas estratégias e projetos prioritários conforme quadro a seguir:

Quadro de Projetos Prioritários COREDE-FO

Eixo	Estratégias	Projetos
1. Gestão Econômica	1.1 Utilizar representação política e institucional geradoras de conhecimento que, numa visão integrada, promova a competitividade, e uma visão empreendedora para o desenvolvimento regional.	1.1.1 Agência de desenvolvimento regional. 1.1.2 Fomento ao empreendedorismo.
	1.2 Criar condições de viabilizar oportunidades comerciais e culturais do MERCOSUL, buscando eliminar entraves existentes.	1.2.1 Projeto de estudos sobre entraves de fronteira. 1.2.2 ZPE.
	1.3 Fomentar a pesquisa e desenvolvimento de tecnologias para que, numa perspectiva empreendedora e inovadora, se agregue valor ao agronegócio e às energias renováveis.	1.3.1 Fomento à pesquisa. 1.3.2 Disseminação do PGQP na região.
2. Gestão Estrutural	2.1 Utilizar os recursos naturais para produção de energia renovável, alimentos e culturas diversas.	2.1.1 Participação na política energética. 2.1.2 Desenvolvimento da agroenergia.
	2.2 Aproveitar e melhorar a infra-estrutura existente e situação geográfica (Mercosul) para	2.2.1 Pavimentação de vias urbanas e rurais. 2.2.2 Construção e Manutenção de Rodovias.

3. Gestão Social Educação, Cultura e Lazer	3.1 Elaboração de diagnóstico regional de educação, cultura e lazer para qualificação das áreas.	3.1.1 Criar diagnóstico regional de educação, cultura e lazer com proposições de ações para qualificação das áreas.
	3.2 Buscar nível de excelência na educação.	3.1.2 Programa de qualificação didático-pedagógico continuado dos docentes da região.
	3.3 Criar grupo para elaborar/propor um plano de turismo regional.	3.1.3 Criar grupo para elaborar um plano de turismo regional - projeto piloto.
4. Gestão Social Segurança	4.1 Aperfeiçoar as políticas de convênios, programas sociais educativos e preventivos.	4.1.1 Aperfeiçoar as políticas de convênios, programas sociais, educativos e preventivos em conjunto com as forças vivas da comunidade.
	4.2 Criar política de segurança regional de reposição de pessoal e materiais.	4.2.1 Revisão dos quadros organizacionais levando em consideração as variáveis populações, risco, potencial e área territorial. 4.2.2 Realização de concursos regionais e previsão de recomposição de efetivo. 4.2.3 Aquisição de veículos de combate ao incêndio (1 por ano) e reavaliação de veículos existente para os municípios desprovidos e aquisição de veículos especializados de combate a incêndios florestal (07) e reposição de viaturas leves e resgate. 4.2.4 Integração de inteligências policiais e investigativas dos países do MERCOSUL para o combate ao crime sem fronteiras.
5. Gestão Social Saúde e Assistência Social	5.1 Elaborar planejamento da saúde regional em conjunto com a SES e UNIPAMPA.	5.1.1 Criar grupo de trabalho para elaborar plano regional da saúde.
	5.2 Criar uma política regional de integração e comunicação com o objetivo de valorizar a área e aumentar a nossa representação política.	5.2.1 Fazer funcionar os COMUDES nos 13 municípios da região.
	5.3 Construir um grupo qualificado junto com o COREDE-FO com o apoio das universidades na elaboração e acompanhamento de projetos.	5.3.1 Criar grupo de técnicos qualificados para elaboração e acompanhamento de projetos, ligado ao COREDE-FO.
6. Gestão Institucional	6.1 Conscientizar as diversas instituições do Poder Público, a iniciativa privada e as instituições de ensino da importância da sua articulação para o desenvolvimento, via COREDE/COMUDE's.	6.1.1 Fórum de desenvolvimento Institucional.
	6.2 Dar visibilidade às potencialidades regionais através de Campanha de Marketing Positivo.	6.2.1 Campanha de Marketing Positivo – “Oeste Gaúcho – Um Lugar para Crescer”.
	6.3 Criar instrumentos do COREDE para qualificar a máquina pública, identificar e implementar projetos.	6.3.1 Criação da escola itinerante de gestão pública.

Fonte: Plano Estratégico COREDE-FO, 2010, p.65.

Percebe-se uma maturidade conceitual construída pelos participantes do processo. Os projetos estão de acordo com um “planejar o futuro”, são privilegiadas ações estruturantes, ações que possam desenvolver a Fronteira Oeste. Podem-se citar alguns projetos como exemplos, como uma campanha de marketing (“6.2.1 Oeste Gaúcho – Um lugar para Crescer”) com o intuito de promover o fortalecimento da identidade regional; uma escola itinerante de gestão pública; um grupo técnico, ligado ao COREDE-FO, para elaborar e

acompanhar estes projetos; Criar um plano de saúde regional; Criar um plano de turismo regional; Criar uma agência de desenvolvimento regional, tais projetos dentro de estratégias bem pensadas, para cada eixo temático já citado, tais como: Fomentar pesquisas e desenvolvimento para agregar valor ao agronegócio e energias renováveis; Usar recursos naturais para energias renováveis; Elaborar um diagnóstico da educação na regional; Aperfeiçoar as políticas de convênios para programas sociais; Criar uma política regional de integração; Buscar conscientizar desde as escolas a importância do COREDE, entre outros. São projetos e estratégias que necessitam de tempo, mas que possuem uma boa perspectiva de resultados futuros.

Para analisar se estes projetos estão sendo colocados em prática, é necessário analisar se as demandas, do processo de consulta popular, coordenado pelos próprios COREDE's, atendem estas estratégias e projetos. Para tanto se analisou as demandas existentes nos processos de consultas populares pós-plano, os de 2010/2011, 2011/2012 e também o de 2012/2013. Essa pesquisa separou os valores da conta capital, das demandas da consulta popular, em dois grandes grupos: Investimentos, e responsabilidade constitucional do Estado. Por investimentos entendem-se valores que possam gerar renda e, sobretudo desenvolvimento regional, conforme o conceito usado neste trabalho. Por responsabilidade constitucional do Estado, entendem-se ações de manutenção, compra de materiais, ampliação de instalações, compra de veículos, ações nas áreas de saúde, educação, segurança e outros, nos três anos citados. Desta análise foi possível construir o seguinte gráfico:

Gráfico I: Análise das Demandas das Consultas Populares na Região Fronteira Oeste (2011-2013)



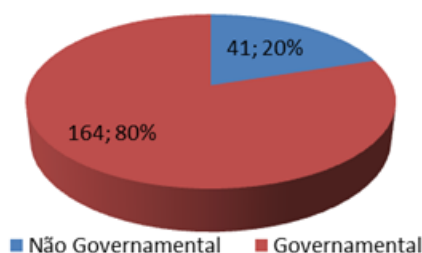
Fonte: Site Institucional COREDE - FO
Elaboração própria

Conforme a análise percebe-se uma forte movimentação institucional, gerando um maior desenvolvimento do capital social do modo *linking*. Percebe-se que a Brigada Militar conseguiu compreender a importância deste sistema de participação popular, e conseguiu uma média de 12% (doze por cento) dos recursos da conta capital, destinados a sua instituição. Isso pode demonstrar por outro lado também que a população considera a área de segurança uma de suas prioridades, e que o Estado vem falhando neste quesito, uma vez que os recursos destinados, são recursos de manutenção, renovação de frota e outros. Pode demonstrar também que o Estado se utiliza deste mecanismo para cumprir seus deveres constitucionais, mais do que apenas isso, tem ainda o endosso popular. Pode-se ainda pensar em uma mescla de todas estas opções.

O questionamento que pode surgir dessa análise é por que existe esta desconexão entre o escrito e o executado? Para buscar uma possível resposta utilizaram-se como base os conceitos apresentados neste trabalho, que ao cruzar com o conhecimento empírico, pôde-se perceber que, apesar de ter sido participativa essa participação ficou muito restrita ao poder público e não à sociedade civil como um todo, nas quatro conferências que foram feitas,

foram 204 participações, destas, 164 foram da esfera pública e 41 participações não eram da esfera pública, totalizando 80% de participações somente da esfera pública, conforme pode ser analisado no gráfico a seguir:

Participações nas Assembleias de construção do Plano Estratégico do COREDE - FO (2009-2010)



Fonte: Planejamento Estratégico – FO, 2010, p. 101-104.
Elaboração própria.

Reverendo os fatores favoráveis à participação da sociedade civil de Bandeira (2001), podemos construir o seguinte quadro analítico:

Quadro 01: Pontos positivos da participação popular e o caso do COREDE-FO	
Pontos positivos a participação popular (BANDEIRA, 2001).	Análise do processo do COREDE-FO, da formulação do plano até suas consultas (2009-2013).
a) Sucesso maior quando o agente que será alvo participa do planejamento e da ação;	Apenas 20% da participação não foi do poder público. Nenhum projeto do plano foi votado.
b) Pressão por transparência e desenvolvimento da democracia;	12% dos recursos vão para a mesma instituição. Falta maior participação das demais instituições.
c) Maior participação gera mais capital social;	Houve participação, mas não atingiu as várias classes, o que acabou gerando capital social do modo <i>bonding</i> e <i>liking</i> e não do <i>brinding</i> .
d) As habilidades e competências diversas da sociedade contribuem para o trabalho;	Com a participação limitada, talvez o plano não tenha alcançado o que a população necessita.
e) Formação efetiva do território e da identidade regional.	Os projetos votados são pontuais, não há projetos de caráter regional, como por exemplo, hospitais regionais.

Fonte: Elaboração própria.

Por mais participativo que tenha sido o processo, ainda se tem a orientação de um ator protagonista e os demais apenas participando. Os atores protagonistas na construção deste plano foram: a universidade, a chamada do COREDE-FO, e vários outros representantes governamentais. É verdade que o COREDE é um órgão que surge do seio da sociedade civil, mas que acabou sendo instrumentalizado pelo Estado, e no caso do plano foi também financiado pelo mesmo. Por não ter tido ampla participação popular este plano acaba se

tornando algo exógeno, e é colocado de lado quando uma demanda mais emergente e pontual está em paralelo.

Assim, a formulação do plano não oportunizou a formação de capital social do modo *bridging*, e sim do modo *bonding* e *linking*. Contudo é compreensível, visto a histórica dificuldade de trabalho em conjunto da região (ETGES, 2010). Com o objetivo de suscitar novos estudos nesta área, apontamos a dificuldade de formação de Capital Social de modo *bridging*, desde a elaboração do plano até a execução do mesmo. Dentro de uma perspectiva de planejamento e desenvolvimento regional, pode ser um meio para atingir o mesmo, uma ampla análise do plano e averiguar se ele atende os anseios da comunidade regional, e caso seja necessário, alterá-lo devido às novas situações, novos atores sociais, novos objetivos. Com isso, destacamos que a sociedade civil além de participar dos processos de desenvolvimento regional, deve ser uma das protagonistas do mesmo.

Considerado superado que a sociedade é objeto do planejamento, os desafios superam a participação, colocam-na como protagonista do processo, para que o planejamento contemple o que realmente a comunidade necessita.

Considerações Finais

Para este trabalho foram utilizados quatro conceitos base tendo um quinto como chave e que faz o papel de ligação entre estes. Região, desenvolvimento regional e planejamento regional são os elementos básicos que servem como pano de fundo teórico para esta pesquisa. A participação popular, na acepção de Bandeira (2001), tem como exemplo a construção dos COREDEs, por isso esta pesquisa utilizou a acepção deste autor para fazer a análise do COREDE-FO e incluiu o elemento do capital social.

Para esta pesquisa o conceito de capital social é aquilo que liga os demais conceitos. Woolock (2000) traz uma definição de capital social adequada, ao dizer que são as normas e redes que facilitam o trabalho coletivo. Etges (2010) faz menção à dificuldade histórica da região no que tange o trabalho coletivo, assim, desenvolvendo o capital social na região, desenvolve-se o trabalho coletivo, em um círculo virtuoso. É necessário haver instituições, normas e preceitos que envolvam as várias classes sociais para que se possa gerar capital social do modo *bridging*, em detrimento aos do modo *bonding* e *linking*.

As análises não deixam muitas dúvidas que a falta da ampla participação da sociedade civil, da participação popular, pode ter sido um dos elementos que causou desconexão do que está no plano com aquilo que foi votado e orçado, nenhum dos projetos que foram votados está no plano do COREDE-FO. Conforme análise realizada por esta pesquisa, apenas 25% (vinte e cinco por cento) dos projetos votados nos anos seguintes ao plano são considerados investimentos, os outros $\frac{3}{4}$ são ações de manutenção de organismos públicos estaduais, que já deveriam ter recursos previstos em outras pastas do governo público estadual, mas que, devido a demandas pontuais locais e a pouca eficiência nas aplicações dos recursos públicos, os interesses públicos (ao menos daqueles que são cooptados a votar) urgem em maior medida dos que os investimentos em longo prazo. A debilidade administrativa e a falta de recursos do governo estadual impelem as pessoas a votarem em questões que já deveriam ter sido sanadas pelo orçamento corrente do Estado. Não obstante, os municípios acabam disputando entre si os recursos, e aqueles que conseguem maior mobilização, conseguem mais verbas. Deste modo uns dos pontos favoráveis a participação popular de Bandeira (2001), que seria a criação da identidade regional, acaba tendo consequência negativa, cria-se justamente o contrário.

A população da região não possui os incentivos para criar capital social do modo *bridging*, não possui incentivos para criar uma identidade regional, não há normas e redes que facilitem um trabalho coletivo. Um dos meios possíveis poderia ser através do COREDE-FO,

que, como nasce do seio da sociedade civil, nasce justamente com este objetivo, de trazer a sociedade civil para a construção de um território, para viver com melhor qualidade de vida, para que suas habilidades e conhecimentos possam colaborar neste objetivo.

E quando um plano para região é feito por esta instituição, espera-se que este plano possa exprimir exatamente essa ampla participação popular. Infelizmente percebe-se que isto não foi alcançado com o Planejamento Estratégico COREDE-FO (2010-2020). Fazendo uma análise do planejamento, seus projetos mostram uma grande maturidade teórica, respeitam o pensamento regional e por fim, são projetos estruturantes de uma identidade regional, capazes de fazer revoluções em médio e longo prazo. Justamente um ambiente promove o desenvolvimento regional, deveria ser um ambiente que promove o capital social. De acordo com as teorias apresentadas, as interações devem contar com pessoas de diversas classes sociais, pois é neste ambiente que é possível quebrar o paradigma da dificuldade de trabalho coletivo. São estes ambientes que são formuladores das normas, das instituições, em suma estes ambientes são formadores de capital social.

Se estes ambientes continuarem a refletir a dificuldade histórica de trabalho coletivo da região, esta característica irá se perpetuar. A população deve ser chamada com maior ênfase para a participação destes espaços plurais, desde associações de bairro, coletivos da periferia, passando por clubes de serviços e também os representantes comerciais e industriais da região, sem excluir o poder público. Todavia, o que se viu foi apenas o cumprimento do chamamento do governo estadual, cumprir o que foi pedido e assim pouco participativo.

Ainda é preciso superar a participação popular, criar o ambiente para o capital social do modo *bridging*. Para pensar a produção de capital social do modo *bridging*, mais do que a participação, a população deve ser elevada ao grau de protagonista, a participação por si só não consegue promover este modo de capital social e por sua vez, o próprio planejamento regional fica debilitado. Quando se pretende criar um plano de desenvolvimento para a região, deve-se ter bem claro os conceitos de região, desenvolvimento regional e planejamento regional. Na formação destes territórios, as pessoas como um todo são preponderantes. Não se avalia o desenvolvimento do território apenas com base em renda per capita, aumento do PIB, desenvolvimento tecnológico entre outros do gênero.

O desenvolvimento precisa superar o paradigma puramente econômico. Soluções disciplinares não resolvem uma vida multifacetada, são nos encontros dos diversos atores sociais que se pode construir uma nova realidade. Aproveitar as suas habilidades e técnicas diversas, o conhecimento da sua própria realidade, pode ser fundamental para a superação das suas dificuldades. O desejo por mais médicos, pode ser resultado de doenças que provém da falta de saneamento básico, ou da falta de acesso, ou mesmo da falta ou precariedade de habitação. Além de participar da construção da sua realidade, do planejamento de uma nova realidade, ser um dos protagonistas deste plano e que este plano seja seguido e respeitado, frente desejo particulares, pode ser o primeiro grande passo para o acúmulo de capital social do modo *bridging* e ao desenvolvimento e identidade regional na Fronteira Oeste.

REFERÊNCIAS

ARRAIS, Tadeu Alencar. **PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL: a intervenção governamental e a problemática regional em Goiás**. Mercator. Revista de Geografia da UFC, ano 6 n° 12, 2007.

BANDEIRA, P. **Participação, Articulação de Atores Sociais e Desenvolvimento Regional**. Texto para Discussão n° 630. Brasília: Projeto “Novas Formas de Atuação no Desenvolvimento Regional” (IPEA/BNDES/ANPEC), 2009. Disponível em:

http://www.unc.br/mestrado/mestrado_materiais/texto_pedro_bandeira_n.630.pdf . Acesso em fevereiro de 2013.

BOISIER, Sergio. *Centralización y descentralización territorial en el proceso decisorio del sector público.*— Santiago do Chile: ILPES/CEPAL, 1995. (Documento CPRD—95)

BRASIL. **Constituição** (1988). **Constituição** da República Federativa do Brasil. Brasília, DF, Senado, 1998.

COLEMAN, J. **Foundations of social theory.** Cambridge, Mass: Harvard University, 1990.

COREDE-FO, **Consultas Populares**, acessado em 01 de Maio de 2013 em:
http://www.coredefo.org/index.php?option=com_content&view=article&id=66&Itemid=27

CORRÊA, Roberto Lobato. **Trajelórias Geográficas.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

DE TONI, Jackson. **O Planejamento estratégico e situacional – +PES.** In: BROSE, Markus (Org.). Metodologia Participativa: Uma introdução a 29 instrumentos. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2001, p. 141-152.

ETGES, Virgínia Elisabeta. **A região no contexto da globalização: o caso do Vale do Rio Pardo.** In: VOGT, Olgário e SILVEIRA, Rogério. *Vale do Rio Pardo: (re)conhecendo a região.* Santa Cruz do Sul: Edunisc. 2001

FORTES, Alexandre. **O planejamento estratégico situacional e participativo.** In: BROSE, Markus (Org.). Metodologia Participativa: Uma introdução a 29 instrumentos. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2001, p. 153-160.

GRANOVETTER, M. **Economic action and social structure: the problem of embeddedness.** *American Journal of Sociology*, v. 91, p.481-510, 1985.

LENCIONI, Sandra. **Região e Geografia.** São Paulo: Edusp, 1999.

MARCHI, Jamur Jonas. (et. Al.). **Plano Estratégico de Desenvolvimento da Fronteira Oeste (2010 – 2020).** Passo Fundo: Passografic, 2010

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL - **A PNDR em dois tempos: A experiência apreendida e o olhar pós 2010.** Disponível em:
<<http://www.integracao.gov.br/desenvolvimentoregional/pndr2/>> Acesso em fev. de 2013

MATUS, Carlos. **Planificación de situaciones.** México: Fondo de Cultura Económica, 1997.

MERHY, Emerson E. **Planejamento como tecnologia de gestão: tendências e debates do planejamento em saúde no Brasil.** In: GALLO, Edmundo (Org.). Razão e Planejamento: Reflexões sobre política, estratégia e liberdade. São Paulo: Ed. HUCITEC, SP. 1995, p.117-149.

MILLÁN CONSTAÍN, Felipe. *Competitividad Internacional de Regiones.*— Santiago do Chile: ILPES/CEPAL, 1994. (Série Ensaios, Documento 94/22)

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL. **Subsídios para a definição da Política Nacional de Desenvolvimento Territorial – PNOT**. UNB. Brasília, 2006.

PUTNAM, R. **Bowling alone : the collapse and revival of american community**. New York: Simon & Schuster, 2000.

_____. **Making democracy work: civic traditions in modern Italy**. Princeton: Princeton University, 1993.

_____. **The promise and perils of interdisciplinary research: the case of social capital**. In: The Marshall Lectures 1999, Cambridge. 1999.

PUTNAM, R.; HELLIWELL, J. **Economic growth and social capital in Italy**. Eastern Economic Journal, v. 21, n.3, p.295-307, 1995.

RATZEL, Friedrich. **A evolução dos conceitos relativos à influência que as condições naturais exercem sobre a humanidade**. In: MORAES, Antonio Carlos Robert (Org.). Razel. São Paulo: Ática, 1990 [1914].

SACHS, Ignacy. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável**. Rio de Janeiro: Garamond, 2000.

SEBASTIANY, Giana Diesel. **As diferentes possibilidades de regionalização de um território: delimitações a partir da categoria saúde**. Desenvolvimento Regional em Debate. Universidade do Contestado. Ano 2, nº 2, nov. 2012.

SILVEIRA, R. L. L.; CAMPOS, H. A. **Processos participativos e experiências recentes de planejamento regional: o caso do Vale do Rio Pardo (RS)**. REDES, Santa Cruz do Sul, v. 17, n. 1, p. 203 – 216, jan/abr. 2012. Disponível em: <http://online.unisc.br/seer/index.php/redes/article/viewFile/2687/1875>. Acesso em fev. 2013.

VARGAS, D. B.; THEIS, I. M. **A Evolução recente do Planejamento na América Latina: lições para Santa Catarina?** In: III Encontro de Economia Catarinense, 2009, Blumenau. Anais...III Encontro de Economia Catarinense: limites e possibilidades da economia solidária no Brasil hoje. Blumenau: Universidade Regional de Blumenau-FURB, 2009. Disponível em: http://www.google.com/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=30&ved=0CHQQFjAJOBQ&url=http%3A%2F%2Fwww.apec.unesc.net%2FIII%2520EEC%2Fsessoes_tematicas%2FFinancas%2FArtigo%252023.doc&ei=b5YuUI6rF4fe8AT8zIEY&usg=AFQjCNFr5gBs7YiWqgaYXnQN5qSiG9yFVg. Acesso em fev. de 2013.

WOOLCOCK, M. **Managing risks, shocks, and opportunity in developing economies: The role of social capital**. Draft, 1999.

_____. **Social capital in theory and practice: reducing poverty by building partnerships between states, markets and civil society**. In: Special Symposium

WORLD Bank Participatory Sourcebook, Disponível em: <<http://www.worldbank.org/html/edi/sourcebook/sbhome.html>> Acesso em fevereiro de 2013.

